



SENADO FEDERAL

Senador Weverton

EMENDA de PLENÁRIO n.º 555
PEC n.º 6 de 2019

Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Art. 1º Suprima-se os §§ 3º e 3º-A do art. 239 da Pec 06/2019.

Art. 2º Suprima-se a expressão “e o acesso ao abono de que trata o § 3º do art. 239 da Constituição Federal” do caput do art. 27 da PEC 06/2019.

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de suprimir a alteração no Pagamento anual do Pis/Pasep, que na PEC restringe aos trabalhadores de baixa renda – aqueles que recebem salário mensal de até R\$ 1.136,43, é que apresentamos a presente emenda.

Atualmente, o abono salarial é assegurado aos trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos. Porém, no texto da PEC em análise, há definição diversa sobre aqueles que devem receber o abono, no caso, aqueles trabalhadores considerados de baixa renda, que percebem como remuneração salário de até R\$ 1.364,43, valor definido pela Constituição como definição de baixa renda.

Desta forma, a proposta de reforma da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados pode cortar o acesso de 12,7 milhões de trabalhadores ao abono salarial. A exclusão atingirá 54% dos 23,7 milhões dos atuais beneficiários do programa, que assegura hoje o valor de um salário mínimo anual aos trabalhadores que recebem, em média, até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o PIS/Pasep.

Os cálculos foram feitos pelo economista do Daniel Ferrer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido da Federação

Recebido em 12/9/19
Hora: 10:20
Assinado digitalmente - Mat. 315740
CF



SF/19532.13884-76

Página: 1/3 10/09/2019 12:53:19

7318b7a58cce2e9bab4163d7c49568ac6fb0a311

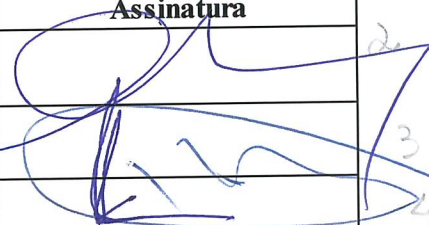
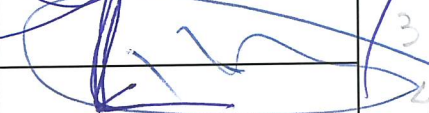

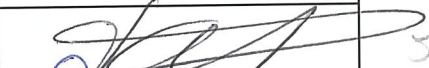
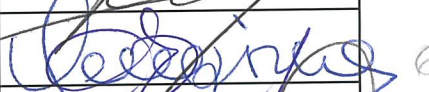

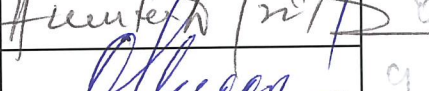
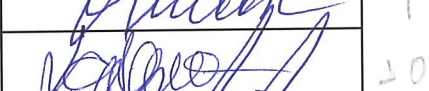


dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do Estado de São Paulo, e, de acordo com o levantamento, em estados com salários mínimos regionais próprios a exclusão pode alcançar 72% dos atuais beneficiários, como é o caso de Santa Catarina. Em São Paulo, afetaria 70,1% dos trabalhadores que recebem o abono no estado – o equivalente a 4 milhões de pessoas.

Levando ainda em consideração as informações fornecidas pelo economista Pedro Rossi, essa medida tem um impacto distributivo e macroeconômico muito grande, que giraria em torno de 17 bilhões de reais por ano.

Posto isso, é que a medida trazida pela PEC no que tange o abono salarial é inadmissível, trazendo consequências irreparáveis para os trabalhadores que auferem até dois salários mínimos de renda mensal.

Sala das Sessões, em de de 2019.


Senador Weverton
PDT/MA

Número	Nome do Senador	Assinatura
1	CID F GOMES	
2	RANDOLFE FERRIGUES	
3	KANURU	
4	PAULO PAIM	
5	Wagner	
6	Paulo Rocha	
7	HUMBERTO COSTA	
8	STO. Lucas	
9	Willy Sano	
10	José Carlos	



11	Flávio Arnus	Li Li Li	12
12	Dano Buyen		13
13	WMS BARRETO		14
14	Rogério Carvalho		15
15	FABIANO EDUARDO		16
16	ACIE GURGACZ		17
17	Joaquim Wagner		18
18	Styenson Valentim		19
19	João Maranhão		20
20	Joaquim Gama		21
21	Bruno Faria		22
22	KATIA ABRÃO		23
23	ITALCI		24
24	João Paul Probst		25
25	Marcelo Dias		26
26	Eliane Gama		27
27	LASIER		28



SF/19532.13884-76

